

Departamento das Comissões
 Projetos de:
 Lei Complementar Nº 91/95.
 Emenda da Lei Orgânica Nº _____

ESTADO DE RONDÔNIA
 PODER LEGISLATIVO
 CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
 PORTO VELHO RONDÔNIA

PROCESSO Nº _____

Data: 23.08.95.
 Horário 15.25. h.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº- _____/95 CMPV

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº- 53 - A
 26/12/72, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE
 POSTURA DO MUNICÍPIO DE PORTO
 VELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso
 de suas atribuições que lhe confere o inciso IV do art.87 da Lei
 Orgânica.

FAÇO saber que a Câmara Municipal de Porto Velho
 aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º- O artigo 206 nos seus incisos e parágrafos da
 Lei Nº- 53 - A, de 26 de dezembro de 1972 - Código de Posturas,
 passa a ter a seguinte redação:

Art. 206 -

§1º- As barracas de que trata o presente artigo deverão
 obedecer às especificações técnicas estabelecidas pela
 Prefeitura, não podendo ter área superior a 6,00m2 (Seis metros
 quadrados).

§2º-

a)

b)

c)

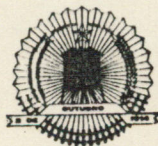
d)

e)

§3º-

§4º-

§5º- Fica proibido nos locais de feira livre qualquer
 comércio de carne in natura, seja bovina, suína, caprina ,
 pescados, mariscos e outros.

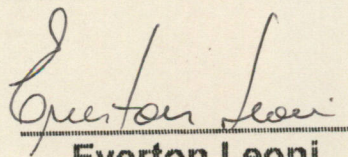


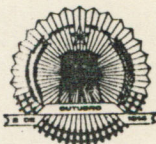
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTO VELHO **RONDÔNIA**



Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revoga-se as disposições em contrário.


Everton Leoni
Vereador



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTO VELHO RONDÔNIA



JUSTIFICATIVA

Estamos propondo estas alterações no Código de Posturas baseadas nas seguintes justificativas:

1º- O parágrafo 1º- do artigo 206 diz que as barracas dispostas no passeio público não podem ter áreas inferior a 6 metros quadrados, quando na verdade o legislador queria dizer que a área não poderia ser superior. Com isto, estamos apenas alterando uma deformação de escrita e não de intenção original.

2º- A venda de qualquer tipo de carne in natura, nas feiras livres é desaconselhável pelas autoridades de saúde pública. As condições higiênicas da exposição do produto e a ausência de refrigeração adequada faz com que tenhamos que proibir em lei esta prática em nosso município, para salvaguardar a saúde de nossa população.

Everton Leoni
Vereador